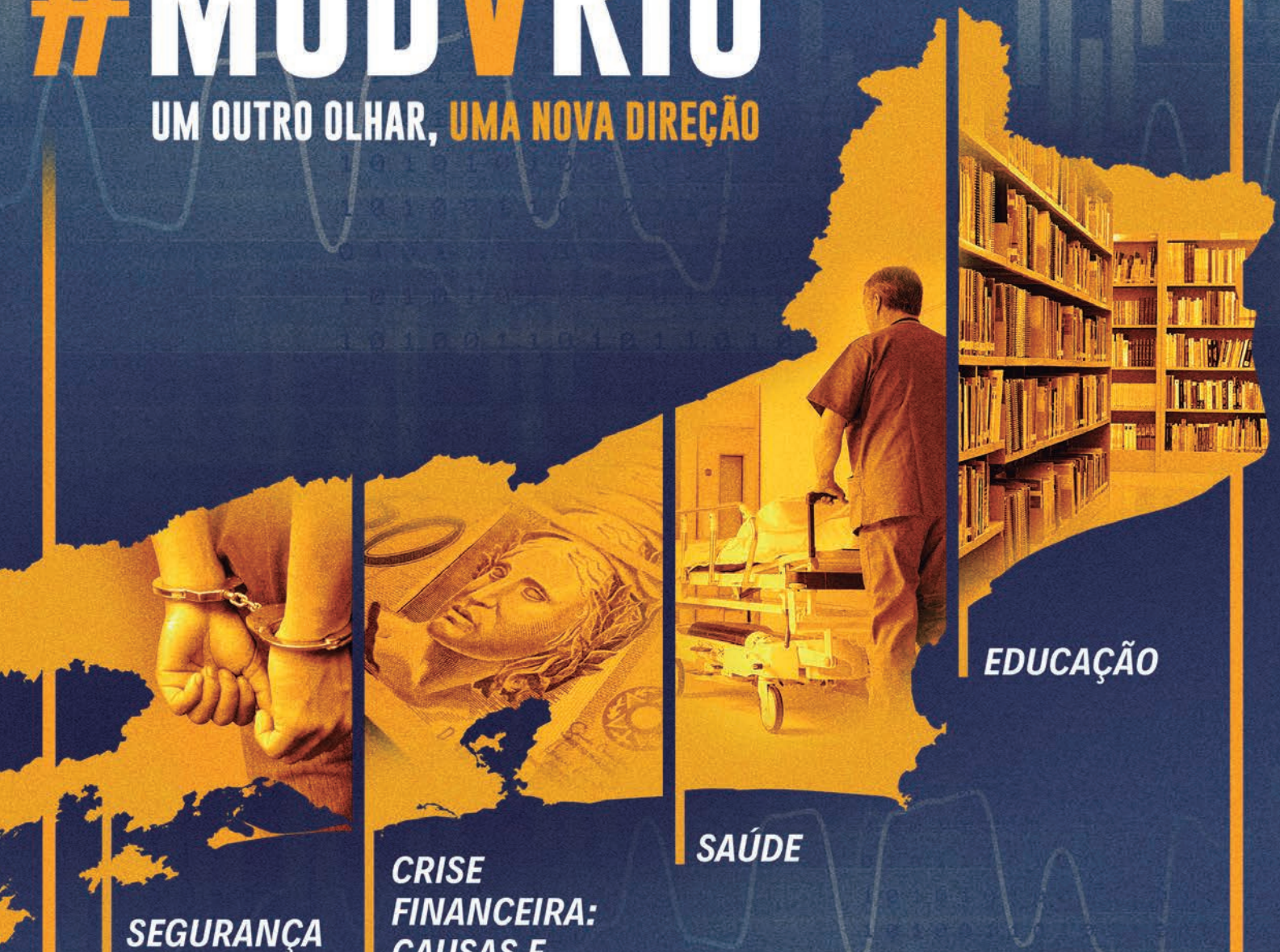
#MUDARIO

UM OUTRO OLHAR, UMA NOVA DIREÇÃO



SEGURANÇA PÚBLICA

CRISE FINANCEIRA: CAUSAS E SOLUÇÕES

SAÚDE

EDUCAÇÃO

MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Sumário

Carta do PGJ 03

Apresentação 04

Programação 06

Propostas 10

Segurança Pública 12

Crise Financeira: Causas e Soluções 20

Saúde 26

Educação 35

O Estado do Rio de Janeiro foi levado ao caos por gestões públicas irresponsáveis e ineficientes, que nos fizeram reféns da corrupção e do crime organizado. Vivemos ainda uma grave crise fiscal e o descaso com os sistemas de educação e de saúde. A construção de um novo olhar sobre a administração dos recursos estatais é essencial para nos conduzir a uma nova direção, sendo fundamental promover a integração entre os diversos órgãos governamentais e a sociedade civil. Com esse objetivo, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) idealizou o evento #MudaRio: um outro olhar, uma nova direção, para que pudessem ser debatidas políticas públicas que contribuíssem para a solução dos problemas da área fiscal, de segurança pública, de saúde e de educação.

As propostas reunidas nos painéis do #MudaRio formam o presente documento, que está sendo enviado aos candidatos ao governo do Estado, e representam o compromisso do MPRJ com a superação da crise. Imbuídos do mais elevado espírito republicano, compartilhamos com os candidatos a responsabilidade pela mudança e sugerimos a inclusão dessas medidas nos programas de governo.

Nossa Instituição não transigirá com o contínuo desrespeito dos gestores públicos a seus verdadeiros patrões – os cidadãos. Na era dos dados abertos, o trabalho dos governantes deve se pautar pela integridade e pela transparência, a fim de possibilitar à população uma real participação na gestão pública. Para tanto, desenvolvemos a plataforma digital "MPRJ em Mapas", por meio da qual todo cidadão tem acesso a um raio-x do estado, sendo capaz de fiscalizar a atuação dos poderes públicos e de exigir políticas que atendam a suas necessidades. Criamos ainda o Laboratório de Análise de Orçamentos e Políticas Públicas (LOPP/MPRJ), que fiscaliza a constante evolução da aplicação do orçamento público fluminense. Entre outras ações, foi constituído também o Centro de Pesquisa e Inovações (CENPI/MPRJ), a fim de promover análises qualitativas das atividades de todas as estruturas estatais.

O MPRJ seguirá exercendo com isenção e firmeza a sua missão constitucional de guardião dos direitos da sociedade, como fiscal da lei e da gestão pública. As propostas presentes neste documento simbolizam nosso integral comprometimento com a mudança.

Eduardo Gussem
Procurador-Geral de Justiça
do Estado do Rio de Janeiro

Apresentação

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Insituto de Educação e Pesquisa (IEP/MPRJ), realizou, no primeiro semestre deste ano, no auditório de seu edifício-sede, o evento "#MUDARIO: Um outro olhar, uma nova direção", reunindo procuradores, promotores e especialistas para debates sobre quatro temas cruciais para a sociedade fluminense. A programação teve início com o painel sobre Segurança Pública, realizado em 04/05/2018. O segundo abordou a área Fiscal, no dia 11/05. O terceiro, em 18/05, tratou da situação da Saúde, enquanto o último, promovido em 15/06, discutiu problemas e desafios na área de Educação.

Tendo como foco as eleições de 2018, o evento privilegiou a abordagem de temas a partir de múltiplas perspectivas, com pluralidade de opiniões, e representou uma oportunidade para discutir a conjuntura político-econômica e social do Rio de Janeiro, com propostas de soluções que inspirem mudanças nas políticas públicas das áreas abordadas. Ao fim dos debates, foram elaborados documentos com as sugestões recolhidas – a partir dos quais foi produzido este relatório, entregue aos candidatos a governador do Estado do Rio, para que possam incluí-las em seus programas de governo.

Programação

04/05/2018

Segurança Pública

9H30

ABERTURA

Participaram da abertura do evento o procurador–geral de Justiça, Eduardo Gussem; o defensor público–geral do Estado do Rio, André Castro; a promotora de Justiça Somaine Lisboa, coordenadora do CAO Criminal/MPRJ; o coronel da PMERJ, Ricardo Bakr de Souza Faria, da Diretoria Geral de Ensino e Instrução (DGEI); e o diretor do Instituto de Educação e Pesquisa (IEP/MPRJ), promotor Leandro Navega.

PAINEL 1

10H/11H

DESAFIOS NA REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PARA UM COMBATE MAIS EFETIVO À CRIMINALIDADE

PALESTRANTES: General de Exército Augusto Heleno Ribeiro e Ana Paula Mendes de Miranda, professora da UFF

MEDIADORA: Promotora de Justiça Somaine Lisboa, coordenadora do CAO Criminal/MPRJ

PAINEL 2

11H/12H

PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS COMO INSTRUMENTO DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PALESTRANTES: Delegado titular da Delegacia de Homicídios (DH) da Capital, Fabio Cardoso; e o defensor público Fábio Amado

MEDIADORA: Promotora de Justiça Roberta Maristela, subcoordenadora do CAO Criminal/MPRJ

PAINEL 3

14H/15H

COLAPSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: MITOS, VERDADES E ALTERNATIVAS

PALESTRANTES: David Anthony, secretário de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), e Bruno Amorin Carpes, promotor de Justiça do MPRS

MEDIADORA: Gabriela Tabet, coordenadora do CAO Execução Penal/MPRJ

11/05/2018

Crise Financeira: Causas e Soluções

9H30

ABERTURA

Participaram da abertura do evento o procurador–geral de Justiça, Eduardo Gussem; Luiz Cláudio Gomes, secretário de Estado de Fazenda e Planejamento; o subdefensor público–geral do Rio de Janeiro, Rodrigo Pacheco; e o promotor Vinicius Cavalleiro, coordenador do Grupo de Atuação Especializada no Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos contra a Ordem Financeira e Tributária (GAESF/MPRJ).

PAINEL 1

10H/11H

PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL: CAUSAS E EXPECTATIVAS

PALESTRANTES: Auditor federal de controle externo do TCU, Roberto Victer; Andrea Senko assessora–chefe do gabinete do secretário de Estado de Fazenda do Rio; e Giovanni Pacelli Lustosa da Costa, analista de Finanças e Controle da Controladoria–Geral da União (CGU)

MEDIADOR: Vinicius Cavalleiro, promotor de Justiça

PAINEL 2

11H/12H

ENDIVIDAMENTO PÚBLICO CONSOLIDADO

PALESTRANTES: Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora nacional da Associação Sem Fins Lucrativos Auditoria Cidadã da Dívida

MEDIADORA: Marcia Tamburini, procuradora de Justiça do MPRJ, e o promotor Leandro Navega, diretor do IEP/MPRJ

PAINEL 3

14H/15H

REGIME PREVIDENCIÁRIO FLUMINENSE

PALESTRANTES: Élida Graziane Pinto, procuradora do MP junto ao TCE/SP; Ari de Paiva Fortes, analista de controle externo do TCE–RJ; e Leonardo Rolim, assessor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados

MEDIADORA: Karine Gomes Cuesta, promotora de Justiça do MPRJ

18/05/2018

Saúde

9H30

ABERTURA

Estiveram presentes na mesa de abertura o procurador–geral de Justiça, Eduardo Gussem; a coordenadora do CAO Saúde/MPRJ, promotora de Justiça Denise Vidal; o secretário estadual de Saúde, Sérgio D'Abreu Gama; e Nelson Nahon, presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj).

PAINEL 1

10H/11H

FINANCIAMENTO

PALESTRANTES: Antônio Carlos Rosa de Oliveira Júnior, diretor Financeiro do Fundo Nacional de Saúde (FNS); Renata Odete de Azevedo Souza, do Núcleo de Saúde da Coordenadoria de Auditorias Temáticas e Operacionais da Secretaria Geral de Controle Externo do TCE–RJ; e Paulo Henrique Rodrigues, do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES)

MEDIADOR: Daniel Lima Ribeiro, promotor de Justiça do MPRJ, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital

PAINEL 2

14H/15H

PLANEJAMENTO, REGIONALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DE ACESSO ÀS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

PALESTRANTES: Suzane Gattass, assessora técnica de Planejamento da Secretaria de Estado de Saúde do Rio (SES/RJ); Ligia Bahia, professora da UFRJ e membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); e Lenir Santos, coordenadora do curso de especialização em Direito Sanitário do Instituto de Direito Sanitário Aplicado

MEDIADOR: Luzia Lamosa, do Ministério da Saúde

15/06/2018

Educação

9H30

ABERTURA

Como convidados, participaram da mesa de abertura o procurador–geral de Justiça, Eduardo Gussem; a presidente do Conselho Estadual de Educação, Malvina Tuttman; o deputado estadual Comte Bittencourt, presidente da Comissão de Educação da Alerj; e o secretário de Estado de Educação, Wagner Victer.

PAINEL 1

10H/11H

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PALESTRANTES: Salomão Barros Ximenes, professor do Programa de Pós–Graduação em Educação da UFABC, e Karine Tomaz Veiga, auditora do TCE–RJ em atuação no Laboratório de Análise de Orçamentos e Políticas Públicas (LOPP/MPRJ)

MEDIADOR: Promotor de Justiça Emiliano Brunet, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital

PAINEL 2

11H/12H

POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO ESTADUAL

PALESTRANTES: Jorge Nassim Vieira Najjar, coordenador do Programa de Pós–Graduação da UFF e Diretor Estadual da ANPAE, e Lucília Augusta Lino, integrante do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação da UERJ e presidente nacional da ANFOPE

MEDIADORA: Andrea Machado Pereira de Carvalho, ex–secretária municipal de Educação de Rio das Ostras e técnica pericial do GATE–MPRJ

PAINEL 3

14H/15H

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PALESTRANTES: Gaudêncio Frigotto, pesquisador do CNPq, e Lucy Rosa Silveira Souza Teixeira, ex–secretária municipal de Educação de Rio Bonito e coordenadora do Comitê–Rio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

MEDIADORA: Promotora de Justiça Débora da Silva Vicente, coordenadora do CAO Educação/MPRJ

Propostas

SEGURANÇA PÚBLICA

CRISE FINANCEIRA: CAUSAS E SOLUÇÕES

SAÚDE

EDUCAÇÃO

#MUDARIO

MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Segurança Pública

O tema deste painel, realizado em 04/05/2018, foi a Segurança Pública. Com a coordenação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais (CAO Criminal/MPRJ), foram debatidos os desafios para a reestruturação das forças de segurança, o programa de proteção a testemunhas como instrumento de combate ao crime organizado e a situação do sistema penitenciário fluminense, entre outros tópicos. A seguir, veja as principais sugestões, recolhidas a partir dos debates.

CAO CRIMINAL MPRJ

Propostas

CAO
CRIMINAL
MPRJ

1

REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PARA EFETIVO COMBATE AO CRIME

ATENÇÃO ÀS FRONTEIRAS

Articulação com outros entes federativos, inclusive no monitoramento das fronteiras, com o engajamento da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Forças Armadas.

REFORÇO NOS EQUIPAMENTOS

Aquisição de equipamentos para investigação, desde simples reagentes a instrumentais de última geração, diante do total desaparelhamento do setor de perícia da Polícia Civil.

PATRULHAMENTO ESTRATÉGICO

Presença ostensiva e continuada da polícia em pontos conflagrados, com utilização de equipamentos compatíveis para a repressão enérgica à criminalidade.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Investimento na capacitação de delegados de polícia, investigadores e peritos criminais, com participação em cursos de atualização em novas técnicas e procedimentos.

BANCOS DE DADOS NACIONAIS

Articulação de informações de inteligência, integração entre as polícias Civil e Militar, investimentos em logística, manutenção e tecnologia.

MOBILIDADE PARA OPERAÇÕES

Dotar as forças de segurança de alta mobilidade, com helicópteros, por exemplo, além da contínua renovação da frota de veículos especiais para operações.

AÇÃO SOCIAL

Políticas públicas concretas de investimentos sociais, para a formação e resgate de crianças e adolescentes nas áreas com alta incidência de criminalidade.

ÉTICA E RECONHECIMENTO

Mudanças na política salarial e regime de trabalho, com incentivo às lideranças pelo exemplo dentro das polícias, mediante políticas de reconhecimento e de combate à corrupção.

2

O PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS COMO POLÍTICA DE SEGURANÇA

PAPEL ESTRATÉGICO

Reconhecimento do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) como ferramenta de combate ao crime organizado e proteção aos direitos humanos.

MAIS INVESTIMENTOS

Necessidade de investimento do Estado do Rio de Janeiro no Provita, que desde o ano de 2013 funciona exclusivamente com recursos da União.

ACOLHIMENTO PROVISÓRIO

Instalação de protocolo de acolhimento provisório das testemunhas e vítimas ameaçadas por parte da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

3

COLAPSO DO SITEMA PENITENCIÁRIO: MITOS, VERDADES E ALTERNATIVAS

COMBATE À CORRUPÇÃO

Combater a corrupção e a concessão de privilégios no sistema prisional, práticas históricas reconhecidas e apontadas como responsáveis por boa parte da crise do sistema prisional.

RECURSOS PARA AMPLIAÇÃO

Reversão da falta sistêmica de aporte de recursos para criação de novas vagas, o que culminou no quadro de superlotação atual das unidades prisionais.

NOVAS UNIDADES

Elaboração de projetos de construção de unidades prisionais de segurança máxima, bem como regime fechado e semiaberto, com o uso de recursos do Fundo Penitenciário (FUNPEN).

MODERNIZAÇÃO

Investimento no controle informatizado da Seap (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária), a fim de que se tenha transparência sobre números de presos em cada unidade.

DADOS MAIS CONFIÁVEIS

Aprimorar a coleta, alimentação e atualização dos dados da Seap no Sistema de Identificação Penitenciária, para dar maior confiabilidade às informações que embasarão políticas públicas.

MEDIDAS PREVENTIVAS

Criação de cinturão de segurança em torno do Complexo Prisional de Japeri, para dar maior garantia aos detentos e também aos moradores do entorno.

CAUSAS DAS MORTES

Necessidade de monitorar o quantitativo e as causas de óbitos de presos do sistema carcerário estadual, para garantia do direito à saúde, com demanda junto a organismos internacionais.

CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS

Implantar sistema informatizado de controle de acesso de pessoas nas unidades prisionais, tais como visitantes, advogados e prestadores de serviços.

CONTROLE DE ACESSO DE MATERIAIS

Controle e fiscalização de veículos e mantimentos que ingressam nas unidades, incluindo os pertences levados pelos agentes, servidores, fornecedores e prestadores de serviços.

APARATOS DE SEGURANÇA

Verificação do funcionamento de scanner corporal e de bagagem, detector de metal portal e manual, detector de metal banquinho e bloqueador de sinal de telefonia móvel.

MONITORAMENTO POR CÂMERAS

Ampliação do número de câmeras em funcionamento e capacidade de armazenamento de imagens gravadas, para posteriores perícias.

QUANTITATIVO E QUALIFICAÇÃO DE INSPETORES

Adequar o quantitativo de agentes (inspetores de Segurança e Administração Penitenciária) ao de presos do sistema prisional, com a qualificação e valorização dos servidores.

TRANSPORTE SEGURO

Aumento e manutenção das viaturas, com a devida adequação no caso de transporte de pacientes ou portadores de transtornos mentais.

CORREGEDORIA

Fortalecimento da Corregedoria da Seap, com autonomia do órgão e maior transparência dos resultados das sindicâncias.

OUVIDORIA

Fortalecimento da Ouvidoria da Seap, com possível criação da Ouvidoria externa do sistema prisional, como órgão autônomo e independente.

FOMENTO AO TRABALHO

Reestruturação da Fundação Santa Cabrini, com incremento da oferta de trabalho intramuros, com maior mobilização dos detentos para as atividades.

ADMINISTRAÇÃO

Reorganização administrativa com normativas bem definidas, visando à transparência a todos os usuários do sistema prisional, desde visitantes e advogados, até órgãos fiscalizadores.

SEGURANÇA MÁXIMA

Disponibilização de mais unidades de segurança máxima no Estado que, atualmente, conta apenas com 48 vagas na Penitenciária Laércio da Costa Pellegrino (Bangu I).

REALOCAÇÃO DE LIDERANÇAS

Remoção de presos tidos como lideranças, hoje concentrados na Penitenciária Gabriel Ferreira de Castilho (Bangu III-B), de forma a eliminar a comunicação e coibir eventuais articulações.

REFORMAS ESTRUTURANTES

Incremento da capacidade por meio da readequação de vagas ociosas por necessidade de reformas em unidades prisionais, com melhoria da habitabilidade.

UTILIZAÇÃO DO FUNPEN

Apresentação de projetos para utilização de verba do Fundo Penitenciário, seja para ampliação de vagas, seja para aplicação na área da saúde voltada aos privados de liberdade, por exemplo.

ACESSO À SAÚDE

Adoção de medidas que assegurem efetivamente o acesso à saúde a pessoas privadas de liberdade – situação que revela-se grave em todo o sistema prisional.

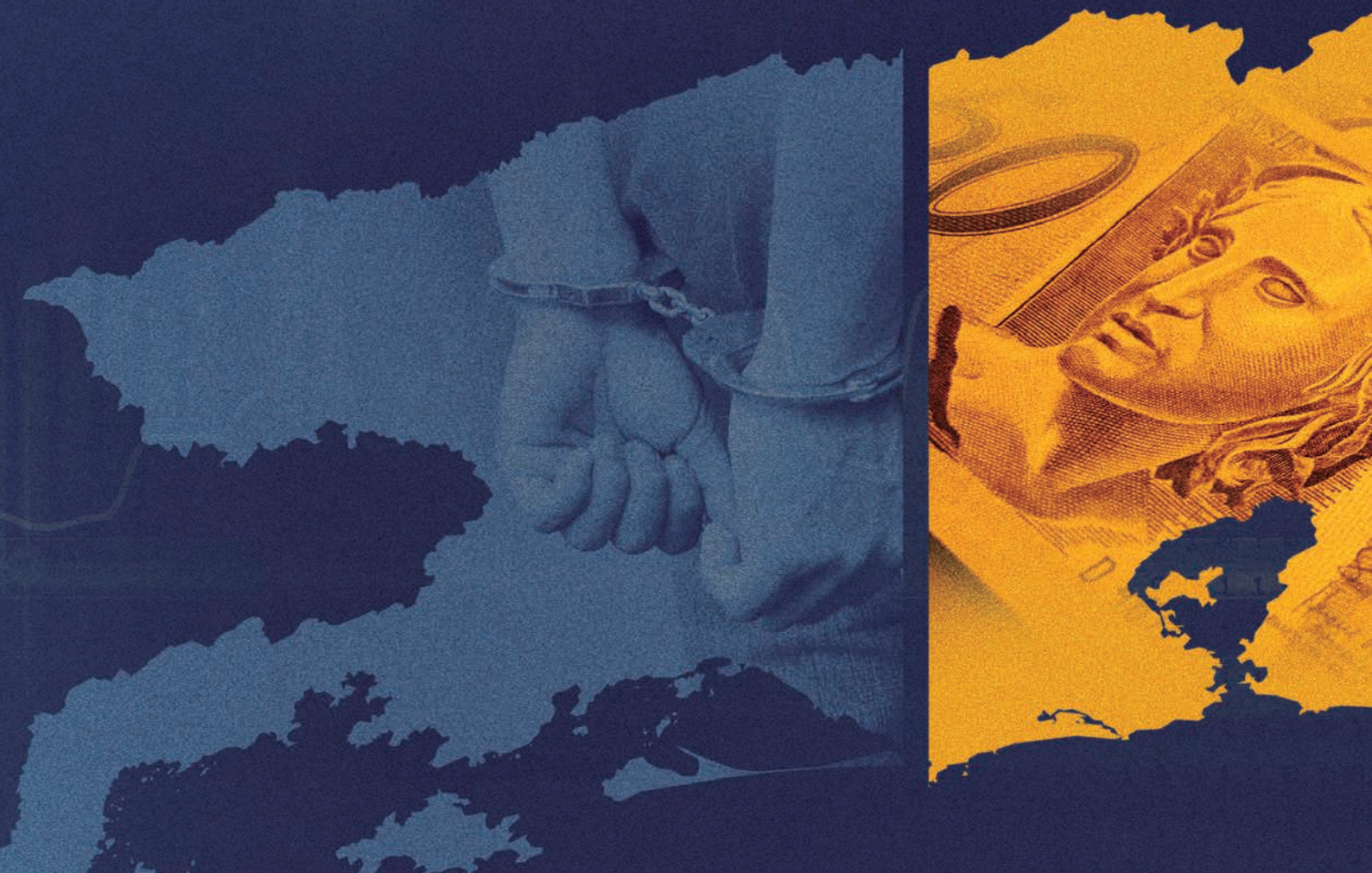
MAIS VAGAS

Incrementar o número de vagas, diminuindo a superlotação, com a construção de novas unidades e finalização de obras paralisadas.

#MUDARIO

MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Crise Financeira: Causas e Soluções

O tema deste painel, realizado em 11/05/2018, foi a Crise Financeira do Estado, que comprometeu o pagamento de servidores e serviços públicos. Com a coordenação do Grupo de Atuação Especializada no Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos contra a Ordem Financeira e Tributária (GAESF/MPRJ), a ideia foi apontar as principais razões da crise que atingiu o estado nos últimos anos, informando seu estágio atual e buscando indicar mecanismos e ações para o reequilíbrio das contas públicas. A seguir, veja as principais sugestões, recolhidas a partir dos debates.

LOPP
LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ORÇAMENTOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
MPRJ

GAESF
GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E AOS ILÍCITOS CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA
MPRJ

Propostas

LOPP
LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ORÇAMENTOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS
MPRJ

GAESF
GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E AOS ILÍCITOS CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA
MPRJ

1 PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL CAUSAS E EXPECTATIVAS

MONITORAMENTO

Acompanhamento do cumprimento das metas do Regime de Recuperação Fiscal, bem como o desempenho dos resultados ali pretendidos, para a volta da saúde fiscal do Estado.

PRORROGAÇÃO

Ampliar a validade do Plano de Recuperação Fiscal é essencial para a superação completa da crise, com possíveis ajustes das medidas previstas, desde que benéficas ao Estado.

MEDIDAS ALTERNATIVAS

Visando à saúde das contas públicas, adoção de medidas como redução da máquina pública, novas práticas de gestão, procura de fontes de receita e revisão de renúncias fiscais.

2 ENDIVIDAMENTO PÚBLICO CONSOLIDADO

PAPEL DOS GESTORES

Adotar ações que busquem a sustentabilidade da dívida pública estadual, para evitar que os pagamentos pelos encargos da mesma continuem a corroer as políticas públicas do Estado.

AUDITORIA

Necessidade de auditoria nas dívidas públicas dos entes, uma vez que o Plano de Recuperação partiu de valores equivocados, pois não estavam atualizados.

NÃO SECURITIZAÇÃO

Interromper de imediato as operações de securitização da dívida ativa estadual, por ausência de regulamentação sobre o tema e a falta de transparência nas transações realizadas.

OLHO NOS GASTOS

Reconhecer que a securitização representa suicídio fiscal e, portanto, é necessário discutir as medidas de renúncia de receita e gastos com pessoal em primeiro lugar.

FIM DA COMPANHIA FLUMINENSE DE SECURITIZAÇÃO

Com o objetivo de suspender as operações de securitização, desconstituir a Companhia Fluminense de Securitização, instituída com o único propósito de realizar essa operação.

3 REGIME PREVIDENCIÁRIO FLUMINENSE

AMPLO DEBATE

Necessidade de discussão com todos os atores envolvidos no sistema previdenciário estadual, para revisão do modelo de equalização do déficit atuarial.

VISÃO MACRO

Previdência precisa ser debatida no bloco das políticas públicas, pois sem a análise dos dados das escolhas de gastos por setores, não haverá solução efetiva para o sistema.

ROYALTIES

Discutir os resultados financeiros e atuariais das medidas de antecipação de receitas dos royalties, destinadas à captação de receitas extraordinárias para o Regime Previdenciário.

NEGATIVA OU POSITIVA?

Avaliar se a antecipação dos royalties possui viés nocivo, por transferir despesa do presente para o futuro, gerando alto custo e juros. Decidir sobre sua continuidade ou interrupção.

EQUALIZAÇÃO

Buscar equalização da despesa previdenciária com as variações do PIB. Os custos do Estado com a previdência têm crescido e a receita tem despencado em razão da crise financeira.

RIOPREVIDÊNCIA

Desvinculação do RioPrevidência do Governo do Estado e melhoria de sua gestão, com participação dos segurados e uso do critério de remuneração utilizado pelos garantidores.

REORGANIZAÇÃO

Revisão do sistema, desde a segregação de massas, passando royalties para o fundo, com aporte de ativos no fundo previdenciário e compras devidas do fundo financeiro.

#MUDARIO

MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Saúde

O tema deste debate, realizado em 18/05/2018, foi a situação da Saúde no Estado. Com a coordenação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Saúde (CAO Saúde/MPRJ), foram discutidos aspectos como o financiamento do SUS (Sistema Único de Saúde) e o planejamento, regionalização e regulação de acesso às ações e serviços da área, de modo a garantir um atendimento de qualidade aos pacientes na rede. A seguir, veja as principais sugestões, recolhidas a partir dos debates.

CAO SAÚDE MPRJ

Propostas

CAO SAÚDE MPRJ

1 PLANEJAMENTO DA SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REGIONALIZAÇÃO

Elaboração de planejamento de ações e serviços condizentes com os vazios sanitários e demandas no Estado, para redução das desigualdades regionais.

REDUÇÃO DE RISCOS

Adotar políticas baseadas em prioridades de saúde e voltadas para a redução de exposição aos riscos, com ampliação de acesso e uso de cuidados pela população.

RELAÇÃO INTERFEDERATIVA

No âmbito do SUS, minimizar os conflitos interfederativos, coordenar a rede de atenção, investir em informação informatizada e transparente, executar controle e avaliação.

PARTICIPAÇÃO

Fortalecer os fóruns de negociação e deliberação e zelar para que toda a política estadual de saúde seja submetida previamente e em tempo hábil aos controles sociais.

PLANO ESTADUAL DE SAÚDE

Executar o Plano Estadual de Saúde, integrando ou mantendo interface com as programações dos sistemas municipais, exercendo papel de governança e monitoramento das ações.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Estruturar o sistema de Vigilância em Saúde e Auditoria no âmbito estadual, indispensável ao exercício da atividade de gestão, planejamento e avaliação das políticas estratégicas.

2 GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA

DESCENTRALIZAR

Respeitar a descentralização política e administrativa na execução das ações e serviços de saúde, sem prejuízos ao cofinanciamento.

REGULAÇÃO DE ACESSO

Não concorrer com os municípios na regulação de acesso aos serviços de saúde, mas atuar como agente coordenador, fiscalizador e capacitador dos sistemas regulatórios municipais.

INOVAÇÃO

Desenvolver inovação, ciência e tecnologia com incentivo financeiro, político e técnico, e monitorar a contratação dos prestadores de serviços, inclusive nos hospitais universitários.

3 POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS PARA APRIMORAMENTO DO SUS

EDUCAÇÃO PERMANENTE

Promover a educação e desenvolvimento de recursos humanos técnicos fixos para o cumprimento das funções do Estado.

CONCURSO PÚBLICO E CARREIRA

Reorganizar, reformar, aprimorar e manter de forma estável os quadros técnicos, com plano de cargos e salários atrativos, e reposição mediante concurso público impessoal.

4 ASSISTÊNCIA À SAÚDE POR MEIO DE AÇÕES E SERVIÇOS

COMPETÊNCIAS

Definir as responsabilidades do Estado, estabelecendo as competências de gerência de unidades e cofinanciamento, bem como quais níveis de complexidade da atenção competem a ele.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nos serviços ambulatoriais e hospitalares, coordenar gerenciamento dos fluxos para a otimização das redes de atenção à saúde e a economia de escala, a partir do acúmulo de expertise.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DE ALTO CUSTO

Montar e operacionalizar o componente estadual de assistência farmacêutica e a rede de laboratórios complementares de saúde pública.

ATENÇÃO BÁSICA

Fortalecer a Rede de Atenção Básica dos municípios, investindo e monitorando seus indicadores e zelando pela estabilidade das equipes de saúde da família e saúde mental.

INFRAESTRUTURA

Recuperação da capacidade instalada, com reformas urgentes, e modernização dos principais equipamentos dos grandes hospitais.

5 INTEGRAÇÃO COM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONDICIONANTES DA SAÚDE COLETIVA

DIÁLOGO

Implementar mecanismos que integrem ações relevantes para a saúde, com diálogo e pleno apoio a programas intersetoriais, como saneamento, fornecimento de água e habitação.

PARCERIA COM OS ÓRGAOS DE CONTROLE

Estimular a atuação integrada e parceria com instituições que tenham a missão de defender o SUS, tais como MPRJ, Tribunal de Contas do Estado, Justiça e Secretarias de Estado.

6 FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Garantir que o fundo exista como unidade orçamentária e gestora das ações públicas do setor, evitando seu controle pela Fazenda ou outro órgão, que não a Secretaria de Saúde.

REGULARIDADE DE REPASSES

Efetuar repasses mensais regulares ao respectivo Fundo de Saúde, não suscetíveis de contingenciamento, que correspondam, no caso do Estado, ao percentual mínimo de 12%.

REPASSES AOS MUNICÍPIOS

No caso dos municípios, monitorar a aplicação de recursos financeiros recebidos por meio de transferência regular e automática, por convênios e pela efetiva aplicação de recursos financeiros nos programas desenvolvidos pelo Estado nos Municípios.

INVESTIMENTO MÍNIMO

Respeitar o art. 24 da Lei Complementar n° 141/2012. E, quando verificada aplicação menor, demandar medida compensatória, com aplicação adicional no exercício subsequente.

REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE NAS REGIÕES SANITÁRIAS

Atualizar as redes de atenção à saúde regionais e complementar financeiramente de forma a regular as ações cujos custos ultrapassarem os tetos programados regionais.

7 CONTRATOS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

REVISÃO

Aprimorar o controle dos contratos de gestão ou revisar com estudos técnicos seus modelos, para assegurar a estabilidade e economicidade dos serviços.

FISCALIZAÇÃO

Aprimorar meios de identificação de malversação de verbas, zelando pelos direitos trabalhistas dos profissionais de saúde e pela transição de gestão sem descontinuidade dos serviços.

UNIDADES DE CUSTOS

Mapear e gerenciar os custos reais das unidades de saúde geridas pelo Estado do Rio de Janeiro e conferir transparência para o controle social.

8 GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA

HUMANIZAÇÃO

Definir políticas com vistas à maior qualidade e humanização dos serviços e ações no setor, com melhora do acesso dos usuários, com foco da transparência e controle social.

AÇÃO PEDAGÓGICA

Utilizar estratégias pedagógicas capazes de levar o usuário a ter conhecimento também de seus direitos, dando visibilidade à oferta de serviços e ações de saúde do SUS.

#MUDARIO

MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Educação

O tema deste debate, realizado em 15/06/2018, foi a Educação no Estado. Sob a coordenação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação (CAO Educação/MPRJ), as mesas trataram das políticas de financiamento da Educação no Estado, da necessidade de valorização do magistério e de estratégias para ampliar o acesso e aprimorar a qualidade do ensino fundamental e médio. A seguir, veja as principais sugestões, recolhidas a partir dos debates.

CAO EDUCAÇÃO MPRJ

Propostas

CAO
EDUCAÇÃO
MPRJ

1 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INVESTIMENTO E CONTROLE

Elevar o patamar de gasto público em educação pública e, ao mesmo tempo, implementar um aprimoramento da gestão e da fiscalização - seja controle social ou controle institucional.

FUNDEB

Novo debate sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com maior complementação financeira da União.

DIMINUIÇÃO DAS DISTORÇÕES

Repensar o repasse do Fundeb, com o aumento da destinação a estados e municípios com menor renda, para equalizar a questão dos municípios pobres em estados ricos, e vice-versa.

ALUNO-QUALIDADE

Implantar o Custo Aluno-Qualidade (CAQi), que tem impacto direto no financiamento da educação, sendo uma das causas do atual subfinanciamento da política.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Atenção e cumprimento das metas do PNE, reconhecido como grande evolução para o setor, pois coloca o foco sobre a qualidade e o direito à educação.

EMENDA 95/2016

Necessidade de se mobilizar contra a emenda constitucional 95/2016, mais conhecida como 'teto dos gastos', que limita os investimentos no setor por duas décadas.

ORÇAMENTO

Cabe ao Estado torná-lo compreensível; prover análises estatísticas de receitas e despesas; atualizar as previsões; e demonstrar o impacto ou retorno social dos investimentos.

TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

Criar espaços de engajamento para reconstruir a confiança social – diálogos, comissões parlamentares, orçamentos participativos e transparentes.

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)

Distinguir despesas que constituem o MDE, daquelas de fundo assistencial à frequência, aproveitamento e qualidade da educação.

BASE CURRICULAR

Ter a consciência de que a Base Nacional Comum Curricular não irá resolver todos os problemas da educação do país, pois são necessárias muitas outras ações.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

Aprimorar os mecanismos que definem a distribuição de recursos entre as escolas, quase sempre ineficientes, pois deixam de levar em conta diversos fatores relevantes.

GARGALOS NA GESTÃO

O cômputo de despesas indevidas como MDE, a falta de planejamento orçamentário e a má gestão impedem que todos tenham acesso aos mesmos insumos e às mesmas oportunidades.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO ESTADUAL

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Alcançar a meta do PNE de equiparar o salário do professor com outros profissionais, até 2020, promovendo, de fato, a maior valorização social do professor.

MOBILIZAÇÃO

É fundamental a organização dos professores em defesa da conquista de novas possibilidades e da efetiva valorização social da profissão.

CARGA DE TRABALHO

Por meio da valorização, reverter o processo de aumento da carga de trabalho dos professores, que passam a trabalhar em diversas escolas para complementação da renda.

ATRATIVOS

Mudança do perfil socioeconômico daqueles que buscam ingressar no magistério, com reversão da queda do interesse dos jovens em ingressar na profissão.

VELHA POLÍTICA

Abandonar modelo de remuneração variável baseada em "mérito" (que busca culpar os professores pelos problemas da escola), pois não traz bons resultados.

NOVA POLÍTICA

O que se deve buscar é uma política de remuneração associada à qualidade. Melhor remuneração e qualificação são essenciais para a melhoria da qualidade do ensino público.

CONDIÇÕES

A adoção de políticas que articulem formação e valorização dos professores não só nos aspectos da carreira e salários, mas também das condições de trabalho.

GRADE DE ATIVIDADES

Progressão por tempo de serviço e formação, horas para planejamento de atividades, licenças para capacitação e atenção à opinião do professor são imprescindíveis para sua valorização.

ACESSO E PERMANÊNCIA

Promover o acesso dos professores por meio de concurso público, com oferta regular de educação continuada, para qualificação e também como forma de estímulo.

CUIDADOS COM A SAÚDE I

Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação.

CUIDADOS COM A SAÚDE II

Condições que assegurem a saúde ocupacional, para combater o adoecimento coletivo, depressão, problemas vocais, lesão por esforço repetitivo, alergias e Síndrome de Burnout.

INCLUSÃO

Planejar para que o número de alunos em sala de aula seja compatível com as normas e possibilidades de ensino-aprendizagem, com aposta em ações de inclusão.

CRISE

O cenário político tem agravado a crise. É preciso combater atrasos nos salários; terror do desemprego; violência; extremo controle e vigilância; e competição por índices e rankings.

META 18 DO PNE

Cumprimento da Meta 18 do PNE, com a edição de um plano de carreira para os profissionais do magistério estadual que preveja piso salarial nacional como mínimo inicial.

APOSENTADORIAS

Refletir sobre a adoção de sistema de aposentadorias especiais para a categoria, além da alteração do regime das férias escolares.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

CONTINUIDADE

Esforço dos gestores públicos para a devida garantia de continuidade nas políticas públicas educacionais, pois o setor sofre ao sabor de ações governamentais descontinuadas.

ESTADO LAICO

Combate efetivo à negação histórica do direito constitucional à escola pública laica e de qualidade referenciada, como previsto na Carta Magna.

SEM ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Fim da categorização do ensino médio: um destinado aos que seguirão para a universidade e outro visando à profissionalização de quem tem pressa de ingressar no mercado.

IMPACTOS DAS REFORMAS

Revisão e estudos dos impactos das reformas trabalhista e do Ensino Médio, pois ambas equivalem ao retorno à aplicação das Leis Capanema, atendendo aos interesses financeiros.

REVISÃO DE VALORES

Questionamento de conceitos como os de que o professor é burocrata, não deve discutir gênero e racismo e de que o ensino deve ser regulado pelo Código de Defesa do Consumidor.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Apostar na descentralização e no fortalecimento da cooperação entre os entes federados para a eliminação ou redução das desigualdades regionais e intermunicipais na Educação Básica.

ARRANJO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (ADE)

Reconhecer o ADE como instrumento de gestão para a melhoria da qualidade social da educação e aceleração de um sistema nacional de educação.

MPRJ
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CAO CRIMINAL MPRJ
GAESF GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL E AOS ILÍCITOS CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA MPRJ
CAO SAÚDE MPRJ
CAO EDUCAÇÃO MPRJ
LOPP LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ORÇAMENTOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS MPRJ
IEP MPRJ
Instituto de Educação e Pesquisa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
ESCOLA DE GOVERNO